



PARECER PRÉVIO Nº 47/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10751/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Itamarati.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** João Medeiros Campelo, Prefeito Municipal, à época.
- 6- **Advogado:** Ana Paula de Freitas Lopes - OAB/AM nº 7495.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2298/2017-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 943/949).
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itamarati. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Aprovação com Ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1 Emita Parecer Prévio recomendando a Regularidade com Ressalvas da Prestação de Contas do Sr. João Medeiros Campelo, Prefeito Municipal, responsável pela Prefeitura Municipal de Itamarati, no curso do exercício de 2014, com fulcro no art. 22, II, da Lei 2.423/96.

- 11- **Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 4 de Julho de 2017
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).



PARECER PRÉVIO Nº 47/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro-Convocado

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 47/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 47/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10751/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Itamarati.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** João Medeiros Campelo (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2298/2017-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 943/949).
- 8- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itamarati. Exercício de 2014.

Regularidade	com	Ressalvas.	Multa.
Recomendação.		Determinação.	Ciência.
Arquivamento.			

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. João Medeiros Campelo**, Ordenador de Despesas, responsável pela **Prefeitura Municipal de Itamarati**, no curso do **exercício de 2014**, com fulcro no art. 22, II, da Lei 2.423/96;
- 9.2. **Aplicar Multa ao Sr. João Medeiros Campelo no valor de R\$ 2.192,06**, conforme art. 308, I, item “a” da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Aplicar Multa ao Sr. João Medeiros Campelo no valor de R\$ 2.192,06**, conforme art. 308, I, item “b” da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.4. **Aplicar Multa ao Sr. João Medeiros Campelo no valor de R\$ 2.192,06**, conforme art. 308, II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos



ACÓRDÃO Nº 47/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 47/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.5. Recomendar à Prefeitura Municipal de Itamarati que:

9.5.1 - Proceda à elaboração de documentações técnicas para facilitar a fiscalização e acompanhamento das obras públicas deste órgão, conforme citado no Relatório Conclusivo n. 104/2016-DICOP;

9.5.2 - Arquive as Declarações de Bens dos servidores mencionados na restrição 8 ao fim de cada exercício, a fim de evitar que tal falha ocorra novamente;

9.5.3 - Registre no sistema E. Contas do Tribunal de Contas as Licitações e Convênios firmados;

9.5.4 - Providencie o depósito das disponibilidades de caixa em Instituição Financeira Oficial, conforme art. 146, § 3, da CF/88, c/c o art. 156 § 1 da CE/89.

9.6. Determinar à **SECEX/TCE/AM**, por intermédio de Diretoria especializada, que a próxima Comissão de Inspeção direcionada à Prefeitura Municipal de Itamarati verifique as providências tomadas quanto aos itens 2 e 6 da Notificação n. 002/2015/C.I. – Sr. João Medeiros Campelo;

9.7. Dar ciência ao Sr. João Medeiros Campelo deste Acórdão;

9.8. Arquivar os autos, após cumpridas as determinações acima, nos termos regimentais.

10- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 4 de Julho de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dra. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral